



**Ao 14º Congresso da CUT:**

# **Nenhum apoio ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin**

***Combater o Arcabouço fiscal nas ruas! Unificar a classe operária que sofre com o desemprego com o conjunto dos explorados que sofrem com os baixos salários, a piora nas condições de vida, com a fome e a miséria!***

Nem bem completou 6 meses de mandato, e o novo governo do PT e de sua frente ampla já demonstrou a quem serve: ao capital financeiro, nacional e internacional. A apresentação do “arcabouço fiscal”, um substituto da “Lei do Teto”, de Temer, revela que este governo, como todos os anteriores que o antecederam desde a “redemocratização”, está a serviço do grande capital. Não só preserva o pagamento de juros para a Dívida Pública, que consumiu, no mínimo, R\$ 780 bilhões em 2022, como prevê o aumento deste pagamento, por meio do resgate do chamado “superávit primário”, que deixou de existir, em função da crise econômica e pandêmica, nos últimos anos. Só para se ter uma ideia, o orçamento da Saúde, um dos maiores orçamentos dos serviços sociais, recebeu cerca de R\$ 136 bilhões em 2022, cinco vezes menos do que o gasto com os juros da Dívida. Esta é a essência do governo burguês: sustentar a propriedade privada dos meios de produção, e atuar para sustentar o parasitismo financeiro, em detrimento dos trabalhadores assalariados e da população explorada. Sem combater esse ponto central de sua política econômica, estaremos sempre disputando as migalhas que caem para investimento, infraestrutura, assistência social, Previdência, etc.

As direções sindicais e a direção da CUT (petista) têm feito propaganda de que o problema do Projeto, que já passou pela Câmara e pelo Senado, e retornará à Câmara, é que foi “alterado” pelo Congresso. Assim, os petistas defendem que o projeto seja mantido como “originalmente” foi enviado. É uma capitulação! Uma traição sem limites! Quando Temer apresentou a sua proposta de austeridade fiscal, a PEC do Teto, foi chamada de “PEC do Fim do Mundo” pelas esquerdas e pelas direções. O projeto de Haddad/Lula, que é o pior que a PEC do Teto, porque impede crescimento de despesas além de um limite de 2,5% do PIB

(mesmo em momentos de maior crescimento econômico) e que, segundo economistas, teria “economizado” mais de R\$ 240 bilhões nos últimos quatro anos, se estivesse já implementado, é defendido pela burocracia sindical! Defender o Arcabouço, com ou sem “remendos”, é defender o sucateamento dos serviços públicos, como Saúde, Educação, Infraestrutura, Previdência, etc., para beneficiar o capital financeiro, uma política pró-imperialista, festejada por todo o sistema financeiro nacional e internacional. ●

**Este 14º Congresso da CUT deve rejeitar o Arcabouço Fiscal na sua totalidade.**

***Os trabalhadores não defendemos nenhum tipo de política de “austeridade fiscal”, exigida pelos organismos internacionais, e realizados em oposição à necessidade de vida das massas exploradas, tanto no Brasil quanto no mundo. Defendemos o não pagamento da Dívida Pública!***

***É preciso combater, nas ruas, por meio de paralisações, de atos massivos, de greve da classe operária e dos assalariados em geral, a partir de suas reivindicações, a aprovação e a execução do Arcabouço Fiscal, o PLP 93/2023!***

***O orçamento dos governos deve ser direcionado apenas para Previdência, Saúde, Educação, Ciência, Assistência Social, em suma, para garantir direitos e serviços públicos, estatais e universais!***

***Abaixo o Arcabouço Fiscal! Oposição revolucionária a este governo burguês e pró-imperialista!***

## **GM, VOLKS, MERCEDEZ: AS MULTINACIONAIS CONTINUAM A DEMITIR A CLASSE OPERÁRIA Levantar uma luta nacional em defesa dos empregos e dos salários**

Somente no mês de junho, três grandes montadoras anunciaram a suspensão de contratos, a suspensão de produção de veículos, e o fechamento de fábricas. Todas medidas que têm como objetivo demitir milhares de operários e dezenas de milhares de trabalhadores de empresas terceirizadas que vendem para as multinacionais.

A Volkswagen anunciou a suspensão da produção, pouco depois a Mercedes Benz informou sobre o fechamento da fábrica de Campinas. Antes delas, a General Motors apresentou o plano de suspensão de contratos (lay-off) de 1.200 operários da planta de São José dos Campos. A ação coordenada das três multinacionais não é arbitrária. Visa a justificar a demissão em massa,

mostrando a unidade da burguesia em seu discurso de que o “mercado está estagnado”. Há dois anos, vimos o fechamento total das fábricas da Ford, deixando de produzir no Brasil.

Há unidade dos capitalistas em sua defesa diante da crise de seu sistema: diminuem direitos e rebaixam os salários, fecham fábricas e mantêm unidades apenas onde a média salarial da classe operária é menor, continuam a exigir dos governos redução e isenção de impostos, etc. Mas, se os capitalistas comparecem unidos como classe, com o apoio dos governos burgueses, a classe operária não conta com uma unidade nacional baseada em seus interesses comuns, porque as grandes Centrais (CUT, Força, UGT, etc.) negociam a demissão dos operários em cada fábrica, com acordos fragmentados, que mantêm a demissão. ●

## **LUTAR POR SALÁRIOS DIGNOS A TODOS OS TRABALHADORES!**

O período da Pandemia permitiu que os capitalistas e os governos de plantão reduzissem o valor da força de trabalho. Com a justificativa de que o mercado se estrangulou e, com a colaboração das direções sindicais, que não organizaram as lutas no período, chegamos ao resultado que temos hoje: no primeiro trimestre de 2023, a renda média foi de apenas R\$ 2.900,00, menor a que se encontrava em dezembro de 2019, de R\$ 2.910,00, segundo dados da PNAD contínua.

O rendimento médio traz, no entanto, distorções, em função das grandes desigualdades do país, entre regiões e entre atividades econômicas. Sabemos que 90% da população vive com até 3 mil reais, portanto, os R\$ 2.900,00 correspondem, para a maioria absoluta, a próximo do máximo com que vivem.

As Centrais sindicais, com a direção da CUT à frente, criaram uma farsa de “mesa de negociação”, em torno do salário-mínimo, o que não resultou em nenhuma conquista em 2023, e que, como já anunciado pelo governo, não resultará em nenhuma “valorização” do mínimo, em 2024. ●

***Temos de erguer uma luta nacional em torno da defesa de um Salário Mínimo Vital, que permita que o trabalhador e sua família vivam dignamente (segundo o IBGE, este salário deveria partir de R\$ 6.650,00). A luta pelo Salário Mínimo Vital é a luta contra a precarização das relações trabalhistas, contra a fome, contra a miséria, que assolam a maioria nacional. Só uma luta nacional, e baseada nos métodos da ação direta, pode garantir a valorização do salário e a defesa da força viva de trabalho, contra a exploração capitalista.***

***Uma tarefa central para toda a classe operária é combater a política destas direções traidoras e defender a bandeira de que “emprego não se negocia, defende-se com luta”!***

***É necessário defender o emprego de toda a classe operária, por meio da ocupação de fábrica com controle operário, quando fechadas pelas empresas; por meio da redução das jornadas de trabalho, para ampliar a massa de trabalhadores assalariados; e, por meio da escala móvel das horas de trabalho, que divide todas as horas de trabalho do país entre todos os aptos, lutando, assim, por emprego a todos!***

## **Defender a democracia operária nos sindicatos e na CUT**

O 14º Congresso confirma a mesma estrutura burocrática que se perpetuou na CUT ao longo dos últimos 30 anos: os delegados não são retirados diretamente das fábricas, com maioria operária; não há inscrição livre de teses e posições políticas; as plenárias são recheadas de parlamentares e “palestrantes”, que impedem o livre debate de posições; as votações são filtradas nos “grupos de trabalho”; e a nova direção da Central é eleita neste Congresso viciado por práticas antidemocráticas e por uma política governista hegemônica.

Não temos ilusão de que, no interior dessa própria estrutura, haverá uma modificação na relação de forças entre as correntes dirigentes da Central. O PT parasita a CUT, utilizando-a como correia de transmissão da política burguesa e pró-patronal. Combater essa direção, no entanto, não é combater a necessidade de uma Única Central operária, que reúna o conjunto dos trabalhadores do país, e seja uma força social contra a exploração do trabalho e em defesa da vida das massas. ●

***É por esta bandeira estratégica que nos colocamos em cada congresso e atividade sindical: a necessidade de erguer as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores, por emprego, por salário e por direitos, com a utilização dos métodos da ação direta (paralisação, ocupação, mobilização nas ruas, e greves), com total independência de classe, de modo que a luta por um programa geral e apoiado na mobilização nacional possa varrer com as burocracias sindicais e erguer uma Única Central, que coloque em prática a democracia operária e lute pela estratégia de destruição do sistema de exploração, o sistema capitalista, erguendo a consigna de governo operário e camponês, saído da revolução social.***